



*Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul*  
*Juiz de Direito Convocado Vilson Bertelli*

Agravo de Instrumento nº 1412284-60.2014.8.12.0000 - Campo Grande

Relator: Juiz Vilson Bertelli

Agravante : Estado de Mato Grosso do Sul

Proc.Est. : Jaime Caldeira Jhunyor (OAB: 13476/MS)

Agravado : Subcondomínio do Centro Comercial do Shopping Center Eldorado  
Campo Grande

Advogado : Luiz Gustavo A. S. Bichara (OAB: 112310/RJ)

EMENTA – AGRAVO DE INSTRUMENTO – DECLARATÓRIA E REPETIÇÃO DE INDÉBITO – ICMS SOBRE TARIFAS DE DISTRIBUIÇÃO E DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA – ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA – PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES – ART. 273, CAPUT E INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

Demonstrada a verossimilhança das alegações do autor, quanto à impossibilidade de cobrança de ICMS sobre as tarifas de transmissão e de distribuição de energia elétrica, e o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, afiguram-se presentes os requisitos do artigo 273, *caput* e inciso I, do Código de Processo Civil.

Recurso conhecido e não provido.

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** interpõe agravo de instrumento às fls. 01/12, contra decisão de fls. 119/121, proferida pelo juízo da 2ª Vara de Fazenda Pública e Registros Públicos de Campo Grande que, nos autos nº 0822835-48.2014.8.12.0001 de declaratória cumulada com repetição de indébito movida contra o agravante por **SUBCONDOMÍNIO DO CENTRO COMERCIAL DO SHOPPING CENTER ELDORADO CAMPO GRANDE**, deferiu a antecipação dos efeitos da tutela para suspender a exigibilidade do crédito tributário e determinar que o agravante se abstenha de cobrar ICMS sobre as tarifas de transmissão e de distribuição de energia elétrica, denominadas TUST (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão) e TUSD (Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição), de modo que o tributo deve incidir apenas sobre a energia elétrica efetivamente consumida pelo autor.

Em suas razões recursais, sustenta a ausência de verossimilhança



*Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul*  
*Juiz de Direito Convocado Vilson Bertelli*

da alegação, porque a transmissão e distribuição de energia constituem fatos geradores autônomos de ICMS, bem como alega a inexistência do dano irreparável ou de difícil reparação, pois a questão seria meramente pecuniária, resolvida de forma simples, visto que o Estado tem condições financeiras de arcar com o ressarcimento dos valores, no caso de procedência do pedido inicial.

É o relatório.

DECIDO.

I.

O recurso é tempestivo e isento de preparo.

II.

Conforme prevê o art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, o relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.

Trata-se de demanda declaratória e repetição de indébito movida contra o agravante por Subcondomínio do Centro Comercial do Shopping Center Eldorado Campo Grande, cujo requerimento de antecipação dos efeitos da tutela para determinar a suspensão da exigibilidade do crédito tributário e abstenção de cobrança do ICMS sobre as tarifas de transmissão e de distribuição de energia elétrica, denominadas TUST (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão) e TUSD (Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição), foi deferido.

Embora sustente a ausência de verossimilhança da alegação,



*Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul*  
*Juiz de Direito Convocado Vilson Bertelli*

porque a transmissão e distribuição de energia constituem fatos geradores autônomos de ICMS, bem como alegue a inexistência do perigo da demora, pois a questão seria meramente pecuniária e é resolvida de forma simples, visto que o Estado tem condições financeiras de arcar com o ressarcimento dos valores, no caso de procedência do pedido inicial, não lhe assiste razão.

O Superior Tribunal de Justiça é firme no posicionamento da impossibilidade de cobrança de ICMS sobre as tarifas de transmissão e de distribuição de energia elétrica, pois o fato gerador do imposto é a saída da mercadoria, ou seja, a energia elétrica efetivamente consumida pelo consumidor (consolidada na fase de geração de energia):

PROCESSO CIVIL - TRIBUTÁRIO - AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL - COBRANÇA DE ICMS COM INCLUSÃO EM SUA BASE DE CÁLCULO DA TARIFA DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - TUSD - INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO DO ICMS - IMPOSSIBILIDADE - PRECEDENTES.

1. É firme a Jurisprudência desta Corte de Justiça no sentido de que não incide ICMS sobre as tarifas de uso do sistema de distribuição de energia elétrica, já que o fato gerador do imposto é a saída da mercadoria, ou seja, no momento em que a energia elétrica é efetivamente consumida pelo contribuinte, circunstância não consolidada na fase de distribuição e transmissão. Incidência da Súmula 166 do STJ. Precedentes jurisprudenciais.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1075223/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/06/2013, DJe 11/06/2013)

Ademais, afasta-se a alegação de ausência de dano irreparável ou de difícil reparação, pois o caso se refere à pecúnia, e, contrariamente ao alegado pelo agravante, não é simples, pois os valores cobrados não são de pequena monta, o que acarretaria a emissão de precatórios ou a conversão do valor em crédito para compensação.

Por isso, a decisão agravada deve ser mantida.

**III.**



*Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul*  
*Juiz de Direito Convocado Vilson Bertelli*

Ante o exposto, conheço e, com fundamento no art. 557 do Código de Processo Civil, nego provimento ao recurso interposto por **ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.**

Campo Grande, 22 de outubro de 2014.

Vilson Bertelli  
Juiz de Direito Convocado